

PRIMEIRA EDIÇÃO

MANUAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ensino Colaborativo e
Caminhos para Inclusão



NAPNE

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
IFRJ - Campus Rio de Janeiro

ORGANIZADORES

Marília Moraes Manhães
Hudson Santos da Silva
Luciana Barbosa Reis
Carla Marçal y Guthierrez
Lucília Carvalho da Silva

RIO DE JANEIRO
2022

PRIMEIRA EDIÇÃO

MANUAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ensino Colaborativo e
Caminhos para Inclusão

ORGANIZADORES

Marília Moraes Manhães
Hudson Santos da Silva
Luciana Barbosa Reis
Carla Marçal y Guthierrez
Lucília Carvalho da Silva

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Luciana Barbosa Reis



**RIO DE JANEIRO
2022**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
RIO DE JANEIRO**

Rafael Barreto Almada
Reitor do Instituto Federal do
Rio de Janeiro

Jefferson Robson Amorim da Silva
Diretor da Unidade

Jorge Maximiano dos Santos
Direção de Administração

Adriana Lilian Lisboa Linhares
Direção de Desenvolvimento
Acadêmico e Institucional

Eduardo Coelho Cerqueira
Diretoria de Ensino

Sheila Albert dos Reis
Coordenação de Extensão

Marília Moraes Manhães
Coordenação do NAPNE

Hudson Santos da Silva
Vice-coordenação do NAPNE

Luciana Barbosa Reis
Secretaria do NAPNE

Carla Marçal y Guthierrez
Prof.a do Atendimento Educacional
Especializado - AEE

Ficha catalográfica elaborada por
Cristiane Teixeira de Oliveira
CRB7 5591

I59m Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Campus Rio de Janeiro.
Manual de extensão universitária: ensino colaborativo e caminhos para a inclusão / Organizadores Marília Moraes Manhães [*et al.*]; Revisão ortográfica Luciana Barbosa Reis. – 1. ed. – Rio de Janeiro: NAPNE/Campus de Rio de Janeiro, 2022.

34 p.: *il. color.*; 21 cm.

1. Extensão universitária. 2. Educação inclusiva. 3. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. I. Manhães, Marília Moraes. II. Título.

IFRJ/CMAR/CoBib

CDU 37.014.542



**RIO DE JANEIRO
2022**

SUMÁRIO

Prefácio.....	5
Introdução.....	7
1 - O Ensino Colaborativo - EC.....	8
2 - Plano de Ensino Individualizado - PEI.....	9
3 - Práticas Docentes Inclusivas.....	11
4 - Ações do NAPNE.....	15
5 - Acessibilidade Curricular.....	23
6 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº13.146/2015.....	25
7 - Considerações Finais.....	28
8 - Referências Bibliográficas.....	29
9 - Anexo 1 - Plano de Ensino Individualizado – PEI.....	31
10 - Anexo 2 - Mapeamento dos Estudantes.....	32
11 - Anexo 3 – Plano de Curso.....	33

PREFÁCIO

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFRJ, *campus* Rio de Janeiro, é um setor de assessoramento propositivo e consultivo que media a Educação Inclusiva aos estudantes com deficiência, superdotação e altas habilidades da educação profissional e tecnológica, na articulação entre o ensino médio da educação básica e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

O NAPNE prepara a instituição para receber os estudantes com necessidades específicas nas modalidades: educação de jovens e adultos, educação básica no nível do ensino médio (na forma integrada, concomitante e subsequente), ensino superior e pós-graduação. Providencia o atendimento especializado conforme a necessidade de cada aluno, envolvendo-o em projetos de extensão, de modo a dinamizar a inclusão educacional através de procedimentos básicos possíveis de serem adotados e, assim, garantir o seu percurso acadêmico.

Desde 2016, o NAPNE tem promovido eventos de conscientização e sensibilização com foco na capacitação dos docentes e técnicos administrativos, uma vez que compete ao NAPNE criar espaços de discussão sobre a formação e a prática docente na perspectiva da educação inclusiva. Busca-se, assim, atender e exigir as necessidades de adaptações, o plano educacional individualizado e ensino colaborativo, e realizar debates sobre a terminalidade específica e demais temáticas que envolvam a vida acadêmica dos estudantes público-alvo da educação especial.

Dessa forma, a Extensão Universitária terá a incumbência de organizar e sistematizar as ações inclusivas e práticas já construídas no âmbito do campus e ampliar a oferta de capacitação continuada.

O *Curso de Ensino Colaborativo e Caminhos para a Inclusão* é parte da primeira ação, de muitas que virão, para promover o diálogo e a busca por práticas docentes inclusivas entre professores, coordenadores e profissionais do NAPNE, de modo a garantir a acessibilidade curricular, auxiliar na construção do plano de ensino individualizado, consolidar o ensino colaborativo

entre os docentes e o NAPNE e, conseqüentemente, estimular a troca de experiências das práticas docentes realizadas.

Ao ingressar no curso e ler o manual, desafio os participantes a refletirem sobre as barreiras atitudinais impostas: condutas e concepções em relação aos estudantes com necessidades específicas; a ideia de que somente o conhecimento especializado/técnico pode responder pelas demandas das ações inclusivas. Para que assim possam demonstrar atitudes de aproximação com os discentes e construir vínculos de confiança e aprendizado; construir procedimentos básicos de atendimento em sua prática diária; ser sensível à exposição dos tópicos da legislação pertinentes à educação inclusiva e seus paradigmas.

Tais reflexões abrem novos horizontes para juntos caminharmos na construção de uma efetiva Educação Profissional Tecnológica Inclusiva que garanta o acesso, permanência e conclusão de nossos estudantes no IFRJ, campus Rio de Janeiro.

Marília Moraes Manhães
Coordenadora do NAPNE

INTRODUÇÃO

PARA QUE ESTE MANUAL?

O presente manual foi organizado de modo a sistematizar a formação continuada oferecida pelo NAPNE na semana de planejamento acadêmico de 2022.2, promovida pela Diretoria de Ensino do *campus* Rio de Janeiro.

Neste manual será possível encontrar os principais assuntos dialogados nos encontros de formação com os docentes e servidores do IFRJ, no que se refere à inclusão dos estudantes com deficiências, superdotação e altas habilidades no ensino médio técnico integrado, no ensino superior e pós-graduação.

Assim, você encontrará seis capítulos com uma breve abordagem sobre: 1) Ensino Colaborativo - EC; 2) Plano de Ensino Individualizado - PEI; 3) Práticas docentes inclusivas; 4) Ações do NAPNE; 5) Acessibilidade curricular; e 6) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei 13.146/2015.

QUAL É O OBJETIVO GERAL DESTES MANUAIS?

Promover a formação continuada de professores e técnicos servidores do IFRJ no Atendimento Educacional Especializado - AEE, tendo o Ensino Colaborativo como uma metodologia de aprendizagem em parceria com o NAPNE.

E OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS?

- Garantir a acessibilidade curricular dos estudantes com deficiências;
- colaborar na construção do Plano de Ensino Individualizado;
- consolidar o Ensino Colaborativo entre os docentes e o NAPNE;
- compartilhar práticas docentes inclusivas realizadas no IFRJ.

O ENSINO COLABORATIVO – EC

O NAPNE tem buscado uma parceria entre os servidores, docentes e técnicos, estudantes e familiares do IFRJ. É um trabalho, e uma relação de parceria, que vem ganhando força na busca pela inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial - PAEE.

Nessa relação, a parceria entre o NAPNE, o professor do atendimento educacional especializado - AEE e os professores especialistas tem proporcionado o Ensino Colaborativo - EC e garantido a acessibilidade curricular e a permanência dos estudantes PAEE.

O Ensino Colaborativo é uma ação que estrutura melhor as ações do AEE e tem sido referendado em pesquisas nacionais (CAPELLINI e MENDES, 2007; MACHADO e ALMEIDA, 2010; VILARONGA e MENDES, 2014), e consiste em:

parceria entre os professores de Educação Regular e os professores de Educação Especial, na qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de estudantes. (FERREIRA, MENDES, ALMEIDA, DEL PRETTE, 2007, p. 01)

Esse modelo de coensino garante o suporte de um especialista em Educação Especial em sala de aula e/ou no acompanhamento pedagógico além de estimular a formação de equipes colaborativas na busca pelo avanço e melhoria na aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO – PEI

O plano de ensino individualizado - PEI tem sido uma estratégia para elaborar, implementar e avaliar flexibilizações curriculares que favoreçam a inserção de alunos com deficiências em turmas regulares de ensino. Além disso, o PEI norteia as ações pedagógicas dos professores e é um excelente instrumento de acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

É importante ressaltar que o PEI não é um empobrecimento do currículo e/ou de práticas pedagógicas, mas, sim, a possibilidade de permitir a flexibilização dos conteúdos curriculares de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. O PEI quebra as barreiras do currículo formal e potencializa o processo de ensino-aprendizagem (MARÇAL-GUTHIERREZ, 2022).

Antes da elaboração desse documento, é necessário que os professores conheçam os estudantes, seus saberes prévios, seus interesses e suas demandas. Não ficar preso ao diagnóstico é também algo de extrema importância. É claro que saber o diagnóstico para lidar com o sujeito pode ser válido, no entanto os sujeitos não são únicos, e o melhor a se fazer é conhecer o estudante em sua individualidade.

O PEI deve cumprir as seguintes funções:

- estabelecer uma conexão lógica entre a avaliação psicopedagógica e a programação individual;
- preparar e coordenar as atuações educacionais regulares e especiais relacionadas ao estudante;
- proporcionar ao estudante o máximo possível e, quando convier, ambientes menos restritivos;
- eliminar, na medida do admissível e quando convier, os recursos educacionais especiais e devolver ao estudante circuitos, serviços e situações escolares os mais normais;
- descrever, especificar e justificar a resposta educacional dirigida ao estudante, de forma clara e compreensível, a fim de que todas as pessoas envolvidas no crescimento pessoal desse estudante — e o próprio estudante, sempre que possível — possam participar, efetivamente, na tomada de decisões educacionais relacionadas à elaboração, desenvolvimento e avaliação do programa individualizado (Giné e Ruiz, 1995).

Assim, devemos compreender o PEI como um caminho para as intervenções pedagógicas, para isso algumas sugestões são válidas:



Os interesses dos alunos devem ser aproveitados para ensino de novas habilidades e também para aumentar repertório de interesses.

Existem diferentes tipos e níveis de ajuda (ou apoio) que podem ser usados para o aluno. Quanto menos apoio o aluno receber, mais independente ele se tornará.

(Apoios Físicos, verbal, visual, supervisão independência).

Valorizar os acertos do aluno com elogios.

Pensar em atividades que o aluno terá êxitos (ensino sem erros).

Aguardar o tempo de resposta do aluno.

Atenção do aluno deve ser garantida antes de ser dada uma ordem ou de se fazer um pedido.

As ordens devem ser claras e aquelas apenas indispensáveis.

As atividades devem ser de acordo com a faixa e tária do aluno.

(SUPLINO, 2009)

Veja, no anexo, o modelo do PEI do IFRJ, campus Rio de Janeiro. Dialogue com o NAPNE sempre que necessário.

Práticas docentes inclusivas

Em 2022, o campus Rio de Janeiro do IFRJ conta com 32 estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados, do ensino médio à graduação. Durante muito tempo, esses estudantes não chegavam a esses espaços, principalmente ao ensino superior. A entrada deles no Instituto Federal é resultado de muito trabalho e luta social, política e educacional.

A implementação da política educacional inclusiva traz desafios para as instituições de ensino no Brasil e aos docentes, que reinventam-se diariamente para garantir aulas inclusivas. Além disso, os caminhos para a inclusão exigem investimentos, políticas públicas, adaptações de grande porte e a formação continuada de professores.

Ainda hoje é necessário lutar por direitos, por isso compartilhar boas práticas é uma das maneiras de dialogar sobre a necessidade e demandas encontradas pelos estudantes e docentes nas diferentes instituições de ensino.

Dessa forma, com o objetivo de compartilhar diferentes práticas inclusivas, seguem dois relatos de experiências de aulas/laboratório com alunos com necessidades específicas e docentes do IFRJ, *campus* Rio de Janeiro.

1. Experiências de sucesso e fracasso com alunos da graduação de Processos Químicos, Biologia e Gestão Ambiental do IFRJ

Profa. Dra. Maria Lucia Teixeira Guerra de Mendonça
Química Geral – IFRJ

O primeiro atendimento do curso de Biologia, na disciplina de Química Geral II, foi realizado com aluno autista (2018-1). Por causa de um pedido para antecipar sua prova devido a uma viagem, pode ser realizada uma avaliação específica para este aluno.

Depois, em 2018-2, o atendimento foi realizado com dois alunos na disciplina de Química Geral II: um surdo (implantado), curso de Processos Químicos, e outra aluna no espectro autista, curso de Biologia. Nestes casos foi utilizada a afetividade como elemento facilitador da aprendizagem.

Esses alunos estavam inseridos nas aulas regulares, juntos dos outros alunos e utilizando os mesmos recursos: aulas expositivas, vídeos, listas de exercícios, aulas experimentais, mas também aulas individuais com esses dois alunos no mesmo espaço.

As aulas com esses alunos (surdo e espectro autista) eram realizadas numa sala pequena, um ao lado do outro e a professora em frente, para o aluno surdo poder visualizar a boca e a aluna no espectro autista poder focar na professora. Entre eles, foram feitas muitas trocas de material e explicações de conteúdo. Depois da aula, ocorriam diálogos sobre as aflições, angústias, e tudo o que eles queriam ou sentiam necessidade de falar, desta maneira, foi sendo construído paulatinamente a afetividade.

Em 2019-1, a experiência foi com um aluno com paralisia cerebral e com um aluno com deficiência intelectual. Foram realizadas aulas extras com os dois alunos juntos no mesmo espaço, para que ocorresse a troca entre eles. A tarefa com o aluno que apresentava paralisia cerebral foi a mais difícil, foram construídos e/ou adaptados materiais de laboratório, para serem utilizados nas aulas experimentais e nas aulas teóricas da disciplina de Química Geral I.

Outro trabalho realizado dentro do NAPNE é o de Professora Colaboradora, o de auxiliar ao professor da disciplina que o aluno com necessidades específicas está matriculado e, principalmente ao aluno, realizando orientações sobre os seus estudos, tentando ser um elemento intermediário entre o aluno e o professor da disciplina, sendo este um dos trabalhos mais difíceis de alcançar.

2. Um relato de prática de ensino inclusivo de Histologia para alunos do curso de graduação em Ciências Biológicas

*Professora MSc. Manoela Lopes Carvalho
Biologia Geral e Biologia Humana - IFRJ*

Os cursos de ciências biológicas apresentam a histologia como disciplina obrigatória. No curso de Graduação em Ciências Biológicas do IFRJ – *campus* Rio de Janeiro, a histologia é ofertada no segundo período, uma vez que o conhecimento adquirido nesta disciplina serve como base importante e pré-requisito para as disciplinas de anatofisiologia, patologia e embriologia ministradas em períodos posteriores no curso.

No primeiro semestre de 2022, a disciplina de histologia recebeu estudantes assistidos pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE do *campus*. Neste contexto, se fez necessária a construção de uma prática pedagógica para o ensino de histologia que se adequasse, dentro das possibilidades, à necessidade específica de cada discente em acompanhamento.

Através das orientações de profissionais do NAPNE, e da observação dos estudantes durante as aulas, buscou-se montar metodologias estratégicas e específicas para que os alunos pudessem ser acompanhados presencialmente e remotamente por uma das professoras da disciplina.

Para o acompanhamento presencial foram adotadas estratégias metodológicas como: mapas mentais; resumo com sequenciamento e hierarquização de conteúdos e enunciados de questões de exercícios /avaliações; e utilização de canetas coloridas para confecção dos resumos, buscando criar associação entre desenhos/ esquemas e suas respectivas legendas / explicações.

No acompanhamento remoto foram eleitas ferramentas como: videoaulas assíncronas de curta duração com o conteúdo resumido/ utilização do conjunto básico de ferramentas para desenhar formas,

linhas e traçados à mão livre do software PowerPoint durante aulas síncronas/ gravação e disponibilização destas aulas gravadas; e adaptação de avaliações através de enunciados curtos e objetivos, disponibilizando um tempo assíncrono suficiente para que o aluno realizasse a tarefa.

Os alunos acompanhados estavam inseridos no classroom da turma para que tivessem acesso a toda a movimentação da disciplina. Porém, visando uma organização melhor para ambos, foram criadas salas individuais para cada um, onde foram disponibilizadas as atividades específicas para a necessidade de cada um.

Em se tratando de biologia humana, a estrutura encontra-se profundamente conectada à função e muitas informações a respeito do funcionamento de um tecido podem ser compreendidas por meio do estudo de seus componentes que, aliados a achados obtidos em outras áreas, constituem uma importante ferramenta para o entendimento da morfologia e fisiologia humanas. Deste modo, além de adaptações para o ensino inclusivo teórico da histologia, se fez necessário adequar também a parte do conhecimento prático da disciplina, pois, para a realização de estudos histológicos, é indispensável a utilização da microscopia, através do emprego de técnicas e de equipamentos, objetivando visualizar a organização tecidual de determinado organismo. Devido às especificidades de cada estudante, foram utilizadas ferramentas para visualização da arquitetura tecidual: desenhos, esquemas e legendas associados às imagens histológicas apresentadas.

O resultado das ferramentas descritas para a prática de ensino inclusivo de histologia foi bastante positivo, uma vez que os alunos, dentro de suas especificidades, conseguiram alcançar os objetivos pretendidos para aprovação na disciplina.

Estudos mais aprofundados sobre o tema e a prática de ensino com estes discentes certamente serão muito valiosas no sentido de contribuir para a construção de uma disciplina verdadeiramente inclusiva.

AÇÕES DO NAPNE

O NAPNE, na instituição, é recente, mas o ritmo do seu desenvolvimento tem sido acelerado. Dentro das possibilidades do próprio NAPNE, atua-se nas macro e micro demandas, nem sempre aparentes no cotidiano educacional. As ações são realizadas a partir dos processos/fluxos descritos, que têm sido a melhor forma de organização das atividades a serem realizadas. Neste capítulo, serão apresentadas as ações desenvolvidas no período compreendido entre 2016 e 2022.

PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS

1. Jornada de Extensão II Semana de Extensão do IFRJ/2016. Apresentação de pôster "LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais".
2. XXVII Semana da Química Ciência e Cultura/2017 e XXXVIII Semana da Química, 2018, oferta do minicurso "Comunicando em LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais" para comunidade escolar.
3. I Fórum Surdo e Cidadania - *Campus* Rio de Janeiro, 20 /09/ 2016.
4. Encontro do projeto "Circulando e Traçando Laços e Parcerias: Atendimento para Jovens Autistas e Psicóticos do Circuito Pulsional ao Laço Social", do Programa de Teoria Psicanalítica, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2019.
5. Roda de conversa: Entendendo o Autismo - *campus* Rio de Janeiro, 17 /05/ 2018.
6. XLIII Reunião Anual Virtual da Sociedade Brasileira da Química, 2020. Educação para todos, 2020.
7. Encontro de NAPNE e Fórum Educação Profissional e Tecnologia Inclusiva - EPTI do Instituto Federal Brasília - IFB, 2021.

CAPACITAÇÃO OFERTADAS

Curso de Extensão de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Ofertado três módulos de quarenta (40) horas entre setembro de 2016 e maio 2017, perfazendo um total de cento e vinte (120) horas.

PALESTRAS

1. “Tecnologia Assistiva para o Deficiente Visual”, proferida pelo Prof. Antônio Amaro Ribeiro, (cego) Assistente Social pela UFF/RJ – outubro/ 2017.

2. “Mediação Escolar: O papel do mediador na educação inclusiva”, Profa. Thelma Ignatti, Fundadora do Instituto Apta Mediação Escolar/ Programa de Ensino Estruturado Aplicado ao TEA e a Psicanalista - outubro/2018.

3. “Atendimento para jovens autistas e psicóticos: do circuito pulsional ao laço social”- Dr. Fábio Malcher Martins de Oliveira. Doutor em Teoria Psicanalítica (PPGTP/UFRJ). Professor adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ. Professor colaborador do Programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Coordenador do projeto de extensão Circulando - outubro/2019.

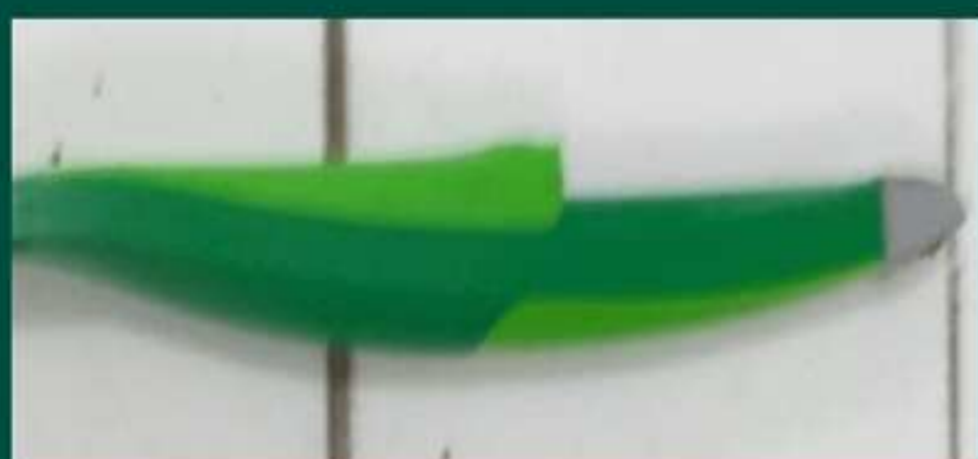
ENCONTRO NAPNE

O Encontro NAPNE tem o objetivo de acolher os estudantes atendidos pelo NAPNE, visando criar vínculos com a comunidade escolar, promover a integração entre estudantes e a percepção das individualidades dentro da coletividade do *campus* Rio de Janeiro do IFRJ. Atuamos através de encontros semanais com estratégias pedagógicas para promover laços e autonomia. É um espaço de reflexão em torno do pensamento e, principalmente, da ação, para que seja atingido o pleno desenvolvimento, a um só tempo intelectual, corporal, estético, afetivo, relacional e moral dos indivíduos, visto que, embora de formação baseada nas premissas do ensino técnico, a Instituição de Ensino acumula também essa responsabilidade.

PRODUÇÃO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Construção e elaboração dos materiais de laboratório de química para alunos com paralisia cerebral e provas ampliadas para alunos com deficiência visual/baixa visão.

ACENDEDOR ELÉTRICO (TIPO MAGICLIC)
(PARA O ALUNO PODER ACENDER O BICO DE
BUNSEN, SEM A NECESSIDADE DO
MOVIMENTO DE PINÇA.



ADAPTADOR DE ISQUEIRO (PARA O
ALUNO PODER MANUSEAR O ISQUEIRO
SEM A NECESSIDADE DO MOVIMENTO
DE PINÇA)



CONSTRUÇÃO DE UM ADAPTADOR QUE
É ENCAIXADO NA ESPÁTULA E NA PINÇA
DE MADEIRA, PARA ELIMINAR O
MOVIMENTO DE PINÇA..



O ALUNO UTILIZANDO O ADAPTADOR
NA ESPÁTULA, PARA FAZER AS
PESAGENS.



NA PINÇA DE AÇO,
FORAM REALIZADAS
DUAS ADAPTAÇÕES:
UMA TRAVA DE
FERRO, PARA QUE O
ALUNO NÃO
QUEBRASSE O
MATERIAL QUE SERIA
UTILIZADO E UM
AUMENTO DO CABO,
COM UMA
MANGUEIRA DE
BORRACHA, PARA
ELIMINAR O
MOVIMENTO DE
PINÇA.



SUPORTE PARA O BICO DE BUNSEN,
PARA DAR SEGURANÇA.



ALAVANCA PARA SER ADAPTADA A TORNEIRA DE SAÍDA DE GÁS.



FOI COLOCADO UM PROLONGAMENTO DE MADEIRA NA PINÇA, A QUAL FOI ENCAIXADA NUM ADAPTADOR, PARA QUE O ALUNO NÃO TIVESSE A NECESSIDADE DE UTILIZAR O MOVIMENTO DE PINÇA.



UTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE PLÁSTICO EM SUBSTITUIÇÃO DAS VIDRIARIAS.



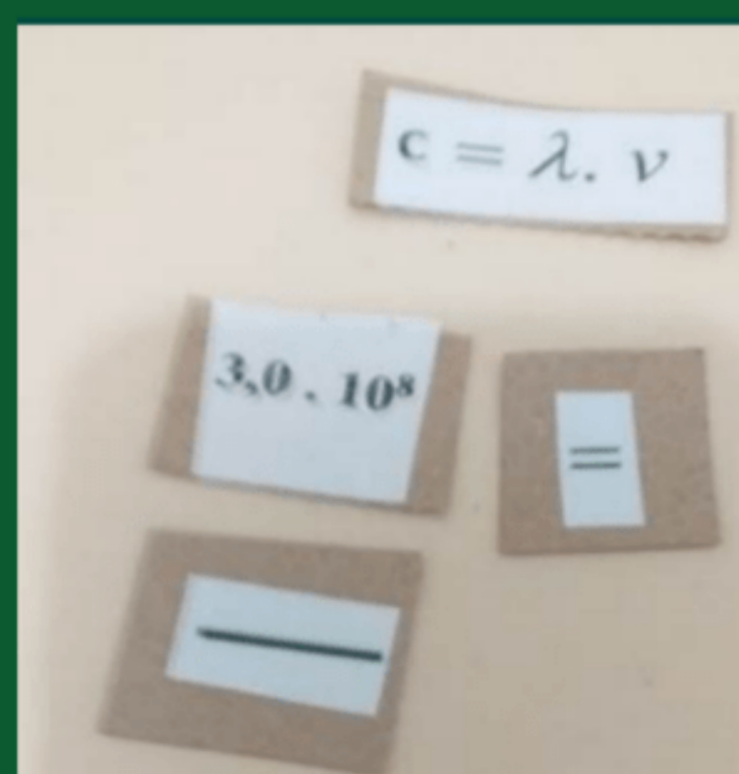
MATERIAL CONSTRUÍDO COM MADEIRA, CARTOLINA E DOMINÓ, PARA REPRESENTAR A DISTRIBUIÇÃO DE ELÉTRONS POR SUBNÍVEL.



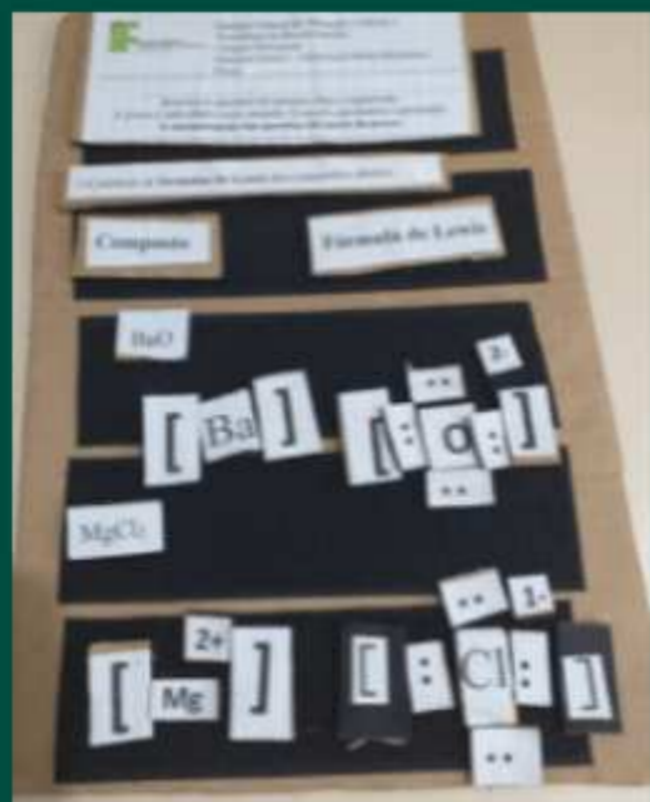
ELABORAÇÃO DE MATERIAIS EM VELCRO, QUE FORAM UTILIZADOS EM LISTAS DE EXERCÍCIOS EM SALA DE AULA E PROVAS.



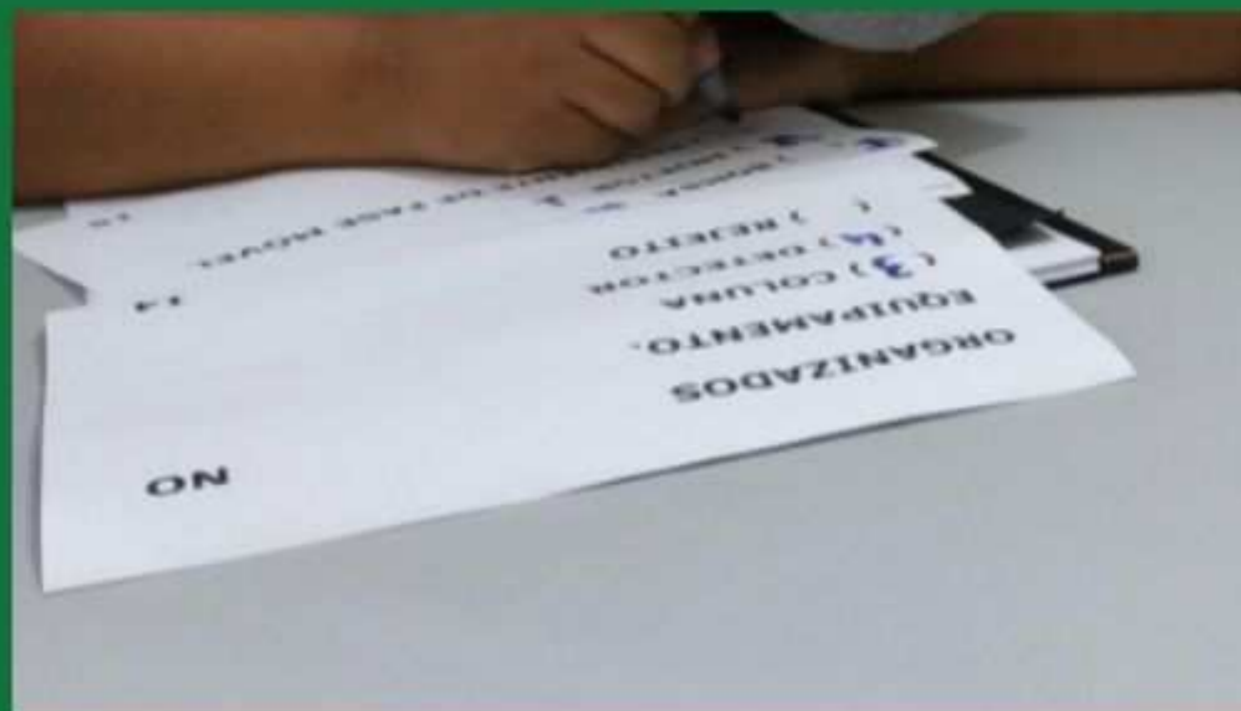
CONSTRUÇÃO DE MATERIAL EM CARTOLINA PARA SER MAIS FÁCIL DE SER MANUSEADA PELO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL



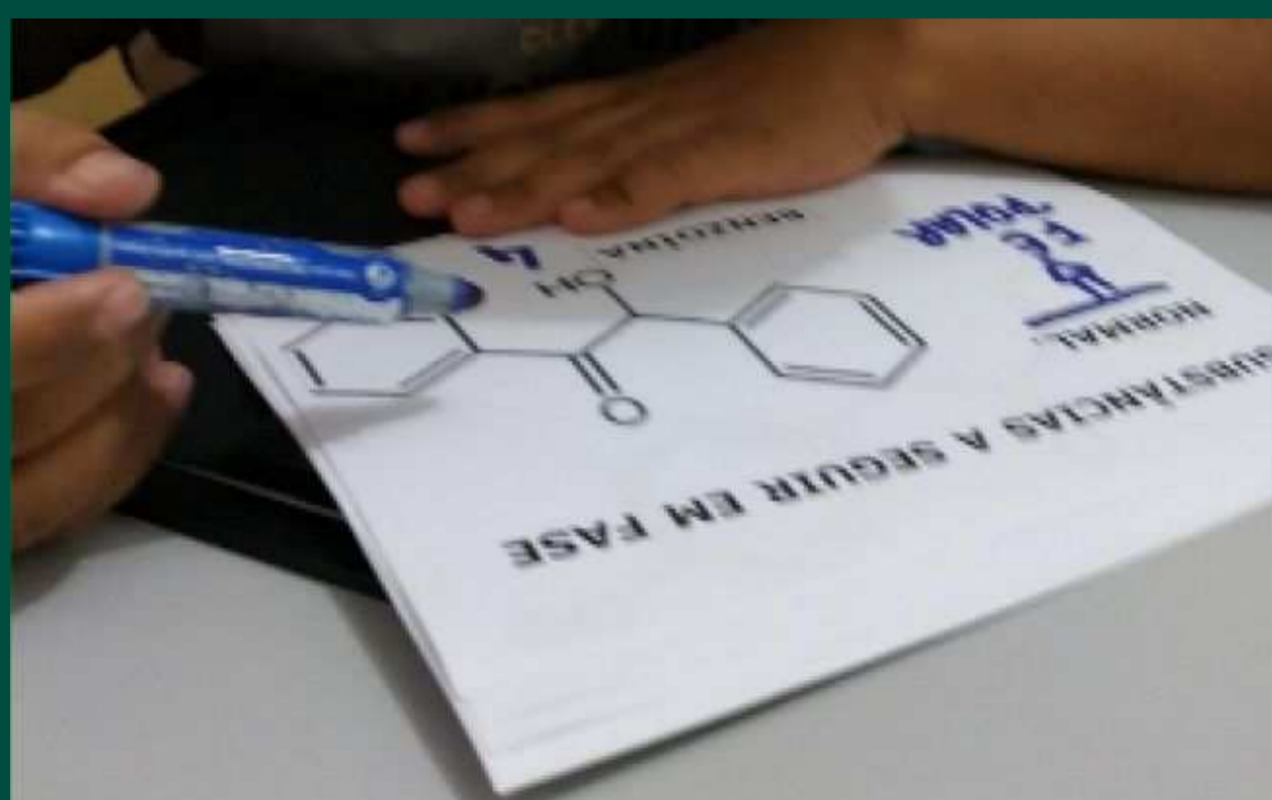
PROVA CONFECCIONADA EM VELCRO.



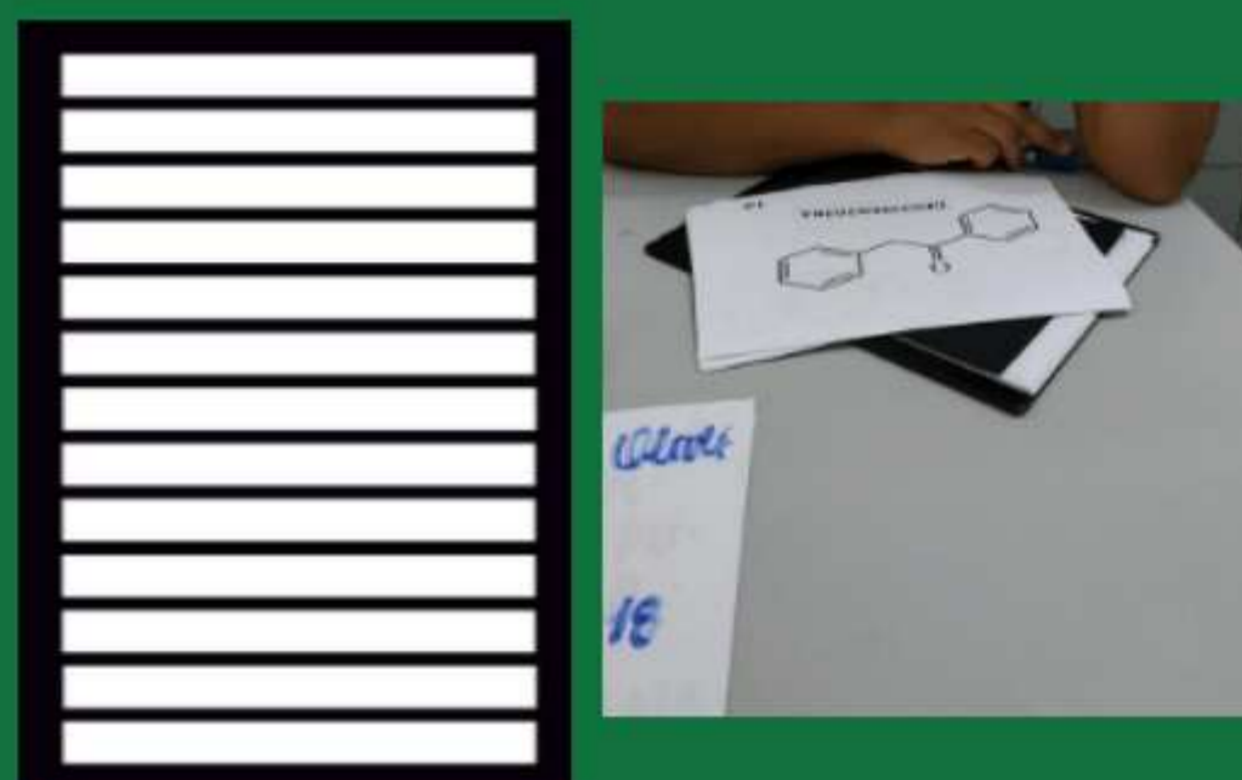
PROVA ADAPTADA PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL/BAIXA VISÃO. UTILIZAR A FONTE APHONT, APLICAR SOMBRA E NEGRITO.



UTILIZAR CANETA PILOT PONTA GROSSA .



FOI CONFECCIONADO O GUIA DE ESCRITA PÁGINA INTEIRA PARA AUXILIAR O ALUNO COM BAIXA VISÃO DE MODO QUE PUDESSE RESPONDER AS QUESTÕES.



PROJETO DE EXTENSÃO EM ANDAMENTO

1. Superando desafios

Projeto vencedor em 1º lugar, na 2ª Semana Virtual de Arte, Cultura, Extensão, Pesquisa e Inovação – IFRJ-CRJ, na categoria de Mostra de Pós-Graduação e Extensão, realizada de 29 de novembro a 04 de dezembro de 2021.

Os autores do projeto foram os estudantes Allan Ferreira Conceição (cursando bacharelado em Ciências Biológicas), Gabriel Machado Gonzalez (cursando Tecnologia em Processos Químicos), Gabriel Osório Leal (cursando bacharelado em Ciências Biológicas), Lorena Nascimento Coutinho (cursando Tecnologia em Gestão Ambiental), Maria da Conceição Trajano (cursando Técnico em Manutenção e Suporte de Informática), Darlan dos Santos Figueiredo (Técnico em Manutenção e Suporte de Informática), Vanessa Silva Manfredi (cursando Tecnologia em Gestão Ambiental) e coordenadoras Luciana Barbosa Reis, professora de Língua Portuguesa, e Marília Moraes Manhães, coordenadora do NAPNE.

O projeto “Superando Desafios” é um estímulo da escrita autoral por meio do projeto. Após os encontros virtuais entre os estudantes atendidos pelo NAPNE do campus Rio de Janeiro do IFRJ, os participantes foram levados a escrever textos que têm como ponto de partida uma palavra-tema surgida durante cada encontro. Esse exercício explora os significados das palavras e a importância do seu reconhecimento para a interpretação de si e do entorno. Os textos foram compartilhados e lidos entre os integrantes do projeto que, ao final, farão uma curadoria para a publicação coletiva dos textos selecionados.

Pretende-se, dessa forma, a integração e o envolvimento entre alunos, superando as barreiras da virtualidade do momento pandêmico. Com a publicação dos textos, o projeto busca dar voz a sentimentos e ideias de grupos que não têm espaço de expressão e não foram submetidos ao exercício da escuta. O projeto “Superando Desafios” dará aos leitores uma visão ampla da escrita, acessibilidade à educação e pertencimento dos autores.

2. Libras, construindo diálogo

A Proposta interessa proporcionar o acesso à comunicação básica em língua brasileira de sinais no formato dicionário, com fotos legendadas, apresentando os aspectos linguísticos desse idioma, de maneira que os leitores venham a aprender vocabulários para um diálogo inicial com os surdos e/ou deficientes auditivos. O projeto “Libras, construindo diálogo” fornecerá um adequado recurso didático com um vasto vocabulário para sua inicialização em Libras e a acessibilidade à comunicação com base na Lei 10.436/2002 e do Decreto 5626/2005.

PUBLICAÇÕES

1. Inclusão por meio de parceria entre professores. Publicação: Revista Mais Educação - Vol.5, no 1 - Março 2022.

2. Inclusão: construção e adaptação de materiais de laboratório de química para um aluno com paralisia cerebral. Publicação: Brazilian Journal of Development. Curitiba, v.6, n.o 12, p. 98620-98627 dec.2020.

3. Afetividade como elemento facilitador da aprendizagem. Revista Mais Educação, v.4, no1 – março 2021.

4. Você sabe o que é transtorno do espectro autista (TEA)? – Instituto Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: IFRJ, 2021.

ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS

Durante este período, atendemos os alunos, semanalmente, em suas demandas: com ensino de libras para os alunos surdos; encaminhamento para reforço de língua portuguesa; ampliação de material didático pedagógico para os alunos cegos; bem como na atuação em sala de aula como tradutora e intérprete de Libras; leitura e transcrição dos conteúdos em sala de aula; e, quando necessário, acompanhamento dos alunos nos laboratórios. Além desses, também são realizados atendimentos individualizados semanais.

PRÁTICAS DOCENTES COLABORATIVAS

Vêm sendo desenvolvidos, com alguns professores, o apoio a estratégias de acessibilidade ao conteúdo e adaptações necessárias à

metodologia de trabalho, avaliações etc.

As práticas colaborativas também se dão no apoio à aplicação de provas de acordo com a solicitação do professor e do estudante; no acompanhamento em aulas individualizadas e colaboração em sala de aulas, laboratórios, tradução e interpretação para Língua Brasileira de Sinais (Libras); e orientação ao professor.

ACESSIBILIDADE CURRICULAR

Acessibilidade curricular é a flexibilização, adaptação do currículo. É garantir as mudanças necessárias nas práticas docentes, metodologias de ensino e avaliações diferenciadas que permitam o acesso, o aprendizado e a escolarização dos estudantes com deficiência. É importante ressaltar que a acessibilidade não é o empobrecimento do currículo, além de que as diferenciações não diminuem as aprendizagens dos estudantes.

A diferenciação curricular é um caminho para atender aos estudantes com deficiências e está relacionada a diferentes estratégias e modificações para o ensino e para a aprendizagem. Segundo Pletsch, Souza e Orleans (2017, p. 8):

[...] tais diferenciações não estão associadas à limitação, anulação ou empobrecimento dos conteúdos ou objetivos a serem propostos ao aluno; mas sim à revisão de estratégias e de recursos tecnológicos (de baixa ou alta tecnologia) usados para que o aluno com deficiência ou outras especificidades no desenvolvimento possa participar das propostas educacionais.

As instituições de ensino precisam garantir a acessibilidade dos estudantes ao currículo e, para isso, é preciso cumprir algumas estratégias para o aprendizado, como:

- atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos;
- identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação;
- adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículos;
- flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola para atender à demanda diversificada dos alunos;
- possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros não convencionais, para favorecer o processo educacional. (BRASIL, 1998, p. 32).

Assim, é necessário pensar o princípio da educação para todos, em termos de igualdade de direitos e oportunidades, em um ambiente educacional favorável e, sobretudo, que tenha o atendimento educacional realizado na própria escola e/ou Universidade para realizar a flexibilização da prática educacional e atender a todos. (Marçal-Guthierrez, 2022, p.30)

O estudante público-alvo da Educação Especial precisa de um currículo flexível e dinâmico que atenda suas demandas. Para tanto, é fundamental a reorganização pedagógica e ações docentes fundamentadas no que o estudante deve aprender, como aprender e quando aprender. É fundamental compreender as mais eficientes formas de organização de ensino para o processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos.

A acessibilidade curricular deve ser destinada aos que necessitam de serviços e/ou de situações especiais de educação, realizando-se, preferencialmente, em ambientes menos restritivos e por menos tempo, sempre visando a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. (MARÇAL-GUTHIERREZ, 2022, p.31)

A formação continuada de professores pode ser considerada uma acessibilidade curricular e ela permite a introdução de conteúdos, objetivos específicos, complementares e alternativos como forma de favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Logo, nossa extensão universitária contribui para a acessibilidade dos estudantes e, sobretudo, para a inclusão a partir das especificidades de cada sujeito. Mas também para a troca de experiências entre os docentes, servidores e o NAPNE.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA) - LEI 13.146/2015

O marco de culminância das lutas sociais em torno dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência no Brasil foi a exarcação, em 2015, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei no 13.146/2015. O dispositivo jurídico valida as múltiplas demandas específicas da comunidade com deficiência, já preconizada no aparato jurídico-normativo brasileiro, ao passo que regulamenta a atenção de outras necessidades, oferece visibilidade à questão e reafirma o compromisso de proteção social do Estado brasileiro por um viés de reconhecimento do protagonismo dos sujeitos desses direitos.

A despeito das tensões postas pelos defensores e dos contrários à criação de um estatuto da pessoa com deficiência, pelo receio de perda de direitos já conquistados em outros dispositivos da legislação brasileira, o movimento que resultou na Lei 13.146/2015 foi caracterizado por forte mobilização popular com destaque aos movimentos sociais, às entidades de atendimento e aos segmentos organizados da comunidade de pessoas com deficiência. Tal mobilização pressionou o parlamento para a promulgação da lei com observância à Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência da ONU como marco norteador, dado que o Brasil é um dos países que assinou e aprovou a convenção em seu ordenamento jurídico.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência foi promulgada pela Organização das Nações Unidas – ONU, aprovada pelo Brasil pelo Decreto Legislativo no 186, de 09 de julho de 2008, nos termos do §3º do art. 5º da Constituição Federal, com equivalência de emenda constitucional, foi ratificada em 10 de agosto de 2008 e promulgada no país pelo Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009. (SILVA, 2015, p.23).

Os capítulos da Lei no 13.146/2015 que expressam os compromissos dos agentes públicos e privados na defesa dos interesses das pessoas com deficiência versam sobre o acesso a direitos fundamentais, tais como: à saúde, à educação, à cultura, à acessibilidade, ao trabalho e à moradia. Ademais, avança na concepção de pessoa com deficiência enfocando o aspecto das barreiras societárias como o impedimento a uma vida plena e não o antigo conceito biomédico que evidenciava os entraves físicos, mentais e intelectuais dissociados das possibilidades de interação ambiental, conforme disposto no Artigo 2:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s/p).

Portanto a Lei 13.146/2015, afinada com a Convenção da ONU, garante a noção de igualdade de condições por práticas não discriminatórias, que admitem as especificidades da pessoa com deficiência e o aparato necessário para acesso à sua condição cidadã.

No que tange ao acesso à educação, a Lei 13.146/2015 preconiza o compromisso do Estado, da família e da sociedade em geral com um projeto educativo inclusivo e não discriminatório em todos os níveis e ao longo da vida, que estimule as potencialidades da pessoa com deficiência ao máximo do desenvolvimento de suas possibilidades físicas, mentais, sensoriais e sociais. A educação inclusiva, nesta perspectiva, deve ser empenhada em romper com práticas educativas capacitistas, caracterizadas por negligências e desrespeitos às especificidades das formas de viver e de aprender que sujeitam a pessoa com deficiência a uma ideia de norma educativa típica e criam obstáculos ao seu desenvolvimento e permanência na escola.

A partir do não reconhecimento da diversidade de corpos, de jeitos de sentir, de interagir com o mundo, de aprender, de conhecer e de viver, a ideia de “normal” e “anormal” cria um binarismo que privilegia àqueles cujo padrão hegemônico de existência é o aceitável, discriminando toda sorte de sujeitos fora do padrão socialmente construído. Portanto, quando a Lei Brasileira de Inclusão oferece o reconhecimento de direitos civis da pessoa com deficiência, garante

também a justificativa para o desenvolvimento de alternativas diversas e múltiplas de caráter ambiental, pedagógico e social que visem superar as “incapacitações” que as pessoas com deficiência são cotidianamente submetidas. A Lei 13.146/2015, no Artigo 28, inciso II, preconiza-se a obrigação do poder público em assegurar a superação de obstáculos pedagógicos pelo

aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015,s/p).

O foco da abordagem da educação inclusiva não gera injustiças acadêmicas, assim como argumenta a prática capacitista em educação, ao contrário, opera a justiça pedagógica na escola pela defesa da igualdade de condições. Em síntese, a igualdade no âmbito da educação só é uma realidade quando a oferta educativa valoriza e incorpora as diversas maneiras de ensinar e de aprender, mediante o reconhecimento de que somos todos diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este manual deve ser utilizado por todos os docentes e servidores do IFRJ que possuam interesse na formação continuada em Educação Especial na perspectiva Inclusiva, sobretudo no Atendimento Educacional Especializado - AEE.

A partir dele, é possível uma reflexão sobre as práticas inclusivas no IFRJ e uma busca para garantir a acessibilidade e a permanência de estudantes público-alvo da Educação Especial. E, ainda, proporcionar a escolarização e a profissionalização desses estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. *LEI No 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 19/08/2022.

CAPELLINI, V. L. M. F., & Zerbato, A. P. (2019). *O que é Ensino Colaborativo?*. São Paulo: Edicon. 4

CAPELLINI, Vera Lúcia; MENDES, Enicéia Gonçalves. *O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento para a inclusão escolar*. Educere et Educare Revista de Educação, Cascavel/PR: UNIOESTE, v. 2, n. 4, p.113-128, 2007.

FERREIRA, Bárbara Carvalho; MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Almeida; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. *Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial*. Revista do Centro de Educação/Cadernos, UFSM, n.29, p. 1-7, 2007.

GINÉ, C.; RUIZ, R. *As adequações curriculares e o projeto de educação do centro educacional*. In: Palacios, J.; Marchesi, A. Desenvolvimento psicológico, Rio de Janeiro, 2022.

MACHADO, Andréa Carla; ALMEIDA, Maria Amélia. *Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva*. Rev. Psicopedagogia, v. 27, n. 84, p. 344-351, 2010.

MARÇAL-GUTHIERREZ, C. C. *Programa de Formação continuada de professores no uso da comunicação alternativa*. 2022. 175f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de; ORLEANS, Luís Fernando. *A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão social*. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, n. 35, Universidade Estácio de Sá, 2017.

SILVA, Maria Isabel da. *Estudo Comparado da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. São Paulo: SEDPcD, 2015. [E-book].

Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br>. Acesso em 19/08/2022.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. *Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, abr., 2014.

ANEXO 1

PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO-PEI

Nome do estudante:	Curso:	Ano/Semestre:
Matrícula:	Turma:	Disciplina:
Justificativa de aplicação do PEI		
Deficiência ou Necessidade Específica:		
Possui laudo: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Precisa atualizar		
Orientações/metodologia		
Período de desenvolvimento do conteúdo da disciplina: <input type="checkbox"/> bimestral <input type="checkbox"/> trimestral <input type="checkbox"/> semestral		
Conteúdo a ser trabalhado:		
Estratégias utilizadas:		
Recursos utilizados:		
Avaliação diferenciada? Se sim, faça um resumo das principais características dessa diferenciação:		
Observações e/ou sugestões:		
Encaminhamentos:		

ANEXO 2

MAPEAMENTO DOS ESTUDANTES

O mapeamento é fornecido pelo NAPNE aos coordenadores de cursos e turmas com a finalidade de informar os professores sob a sua coordenação da existência dos alunos que necessitam de atendimento educacional especializado.

Nome do Estudante:	Matrícula:	Ano/Semestre:
Turma:	Turno:	Período:
Necessidades Específicas:		
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: () Alimentos () Biotecnologia () Farmácia () Meio Ambiente () Química		
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio - EJA: () Manutenção e Suporte em Informática		
Curso Técnico Concomitante/ Subsequente ao Ensino Médio: () Química		
Cursos Superiores de Graduação: () Bacharelado em Ciências Biológicas () Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental () Superior de Tecnologia em Processos Químicos		
Cursos Superiores de Pós-Graduação: () Especialização em Ensino de Ciências com ênfase em Biologia e Químicas () Especialização em Gestão de Segurança de Alimentos e Qualidade Nutricional () Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos () Mestrado Acadêmico em Bioquímica e Biologia Molecular () Doutorado Acadêmico em Bioquímica e Biologia Molecular		
Característica do estudante:		
Metodologia e Estratégias de Ensino:		
Disciplinas cursando:		
Coordenador(a):	Professor Regente:	Professor colaborador:

ANEXO 3

PLANO DE CURSO

Detalhamento da proposta pedagógica:

A proposta da extensão universitária em oferecer o curso Ensino Colaborativo e Caminhos para Inclusão tem como objetivo promover o diálogo e a busca por práticas docentes inclusivas entre os professores, coordenadores e profissionais do Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE. Esse projeto justifica-se a partir da Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/2015, que assegura e promove, em condições de igualdade, os exercícios da liberdade e dos direitos, conseqüentemente, garante à inclusão social e a cidadania. Para isso, faz-se necessário uma carga horária de 8 horas distribuídas em encontro presencial com carga horária de 3 horas e 5 horas de atividades assíncronas com diferentes temáticas relacionadas à Educação Especial na perspectiva Inclusiva. Pretende-se ampliar a discussão para a inclusão e para a escolarização dos estudantes com deficiências, transtornos e altas habilidades no Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, assim como consolidar o Ensino Colaborativo – EC.

Temáticas do encontro presencial:

- A atuação do NAPNE e a proposta do Ensino Colaborativo – EC;
- Plano de Ensino Individualizado – PEI;
- Práticas docentes Inclusivas do IFRJ: diálogos entre os campi.

Temáticas das atividades assíncronas:

- Acessibilidade curricular
- Declaração de Salamanca - 1994;
- Plano Nacional de Educação Especial - PNEE;
- Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 - Capítulo V;
- Lei 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão.

Materiais a serem utilizados:

- Auditório, computador, data show, wi-fi, folha A4, canetas, pilot.
- Manual de Extensão Universitária: Ensino Colaborativo e Caminhos para Inclusão, Leis, textos e artigos adicionais.

Cronograma de execução:

- Data do curso: 26 a 31 de agosto de 2022
- 26 de agosto de 2022 – Início do curso e acesso ao material de leitura na sala do google classroom – Atividade Assíncrona
- 27, 28, 30 e 31 de agosto de 2022 - Atividade de leitura assíncrona| 5h/carga horária.
- 29 de agosto de 2022 - Encontro presencial | 3h/carga horária.
- Horário: 13:00 às 16:00
- Local: Auditório

Objetivo Geral:

- Promover o diálogo e a busca por práticas docentes inclusivas entre os professores, coordenadores e profissionais do Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.

Objetivos Específicos:

- Garantir a acessibilidade curricular dos estudantes com deficiências;
- Colaborar na construção do Plano de Ensino Individualizado – PEI;
- Consolidar o Ensino Colaborativo entre os docentes e o NAPNE;
- Compartilhar práticas docentes realizadas no IFRJ.

Conclusão

O curso trará um impacto acadêmico, profissional, educacional, cultural e social. E ainda garantirá a inclusão social estabelecida em leis. Mas também, contribuirá para a permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial no IFRJ, diminuindo a evasão escolar e acadêmica.

Público-alvo: Professores e técnicos do IFRJ

Bibliografia Básica:

BRASIL, Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 29 de julho de 2022.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. O Ensino Colaborativo Favorecendo o Desenvolvimento Profissional para a Inclusão Escolar. *Revista Educere ET Educare, Revista de Educação*, v. 2, n. 4, jul./dez. 2007.

FONTES, Rejane de Souza. *Ensino Colaborativo: uma proposta de educação inclusiva*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VALADÃO, Gabriela Tannús. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, e 230076/2018.

PORTES, Rutiléia Maria de Lima. *Inclusão Escolar na Rede de Educação Profissional e Tecnológica: procedimentos básicos para a sistematização das ações de inclusão e atendimento aos estudantes com necessidades específicas*. Editor: Dalmir Pacheco de Souza, 2017.

REDE PROFISSIONAL TECNOLÓGICA. *Formação em procedimentos Básicos para o Atendimento Educacional Especializado*. Curso FIC. Uberaba, 2018.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. *Política nacional de educação especial na perspectiva de educação inclusiva*. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.